



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
GABINETE

PARECER n. 00056/2022/GAB/PFUNIFAP/PGF/AGU

NUP: 23125.010914/2022-44 (SAPIENS - 00893.000159/2022-31)

INTERESSADOS: REITORIA UNIFAP

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Contratação em Caráter Emergencial. Serviços de Reparo e Manutenção das Áreas e Instalações do Hospital Universitário Cedidas ao Estado do Amapá para Enfrentamento da COVID-19. Aplicação do Inciso IV do art. 24 da Lei 8666/93. Possibilidade, atendidas as condicionantes apontadas.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para a Contratação, em caráter emergencial, de serviços de engenharia necessários a reparo e manutenção das áreas e instalações do Hospital Universitário que foram cedidas ao Estado do Amapá para funcionar como Centro de Tratamento a COVID-19, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

2. No que interessa a presente análise os autos são instruídos com os seguintes documentos relevantes:

- ◆ documento de formalização da demanda;
- ◆ portaria 0519/2022, institui equipe de planejamento da contratação;
- ◆ termo de referência – modelo serviço de engenharia atualizado em setembro/2021;
- ◆ planilha de serviços elaboradas pela AEEA;
- ◆ plantas especificações técnicas dos serviços;
- ◆ minuta de contrato;
- ◆ anotação de responsabilidade técnica/CREA;
- ◆ ofício nº 01/2022-AEEA/PROAD/UNIFAP;
- ◆ proposta de Preços da empresa EFA Construções LTDA;
- ◆ proposta de preços da empresa Norte Sul Construções e Serviços LTDA;
- ◆ proposta de Preços do Consórcio Construtora JL;
- ◆ mapa de cotação de preços;
- ◆ despacho nº 1250/2022-PREFEITURA;
- ◆ classificação orçamentária;
- ◆ disponibilidade orçamentária no valor de R\$ 6.243.188,51 (seis milhões, duzentos e quarenta e três mil, cento e oitenta e oito reais e cinquenta e um centavos);
- ◆ termo de dispensa de licitação;
- ◆ consulta ao SICAF no dia 06/06/2022 sobre a situação do Consórcio Construtora JL;
- ◆ consulta consolidada da PJ junto ao TCU;
- ◆ consulta ao CADIN;
- ◆ mapa de riscos;
- ◆ lista de verificação;
- ◆ despacho 13813/2022-PROAD;
- ◆ despacho 13925/2022-REITORIA;

II- DOS LIMITES DA ANÁLISE JURÍDICA

3. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados.

4. O exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, parte-se da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

5. Não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

6. Finalmente, cabe salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

III – FUNDAMENTAÇÃO

7. No dia 01 de abril de 2021 foi publicado no DOU a Lei 14.133, nova lei de licitações, que embora tenha entrado em vigor imediatamente, só revoga as leis 10.520/2002 e 8.666/93 após decorridos dois anos de sua publicação, com exceção dos arts. 89 a 108 da última lei que foram revogados imediatamente (art. 193).

8. Isso significa que até o dia 01/04/2023 tanto as normas antigas quanto a nova Lei continuarão produzindo efeitos jurídicos, não sendo possível, todavia, combinar regras das duas leis em uma mesma contratação.

9. Assim durante o período de vigência simultânea das normas a administração pode adotar validamente uma das seguintes possibilidades: (I) Aplicar a lei nova; (II) Aplicar a lei antiga, ou (III) Alternar a aplicação de regimes, ora promovendo licitações sob a lei antiga e ora promovendo sob a lei nova.

10. Da análise das peças que instruem os autos resta evidente que a administração se vale da Lei 8666/93 para fundamentar a contratação emergencial pretendida.

III - 1 Contratação direta em circunstâncias de emergência ou calamidade pública

11. As contratações realizadas pela administração, como regra, submetem-se à formalidade da licitação. Nesse sentido o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal que segue:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

*XXI – **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

12. Desde a primeira parte do dispositivo transcrito, foi ressalvada a possibilidade de a legislação regulamentadora prever hipóteses que excepcionem a regra da licitação.

13. As hipóteses de flexibilização do rigor da regra da licitação constam dos art. 17, 24 e 25 da Lei 8666/93 - Lei Geral de Licitações e contratos administrativos.

14. A possibilidade de dispensa de licitação nas hipóteses de emergência ou calamidade pública é assim disciplinada na norma de regência:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

*IV – **nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa** e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;*

15. Percebe-se que situações emergenciais podem ensejar a contratação direta por parte da Administração, desde que atendidos todos os requisitos que lhes são impostos.

16. Com efeito, acerca do conceito de emergência, leciona Marçal Justen Filho (*in*: Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 12ª edição. São Paulo: Dialética, 2008, p. 292):

*No caso específico das contratações diretas, **emergência significa necessidade de atendimento imediato a certos interesses**. Demora em realizar a prestação produziria risco de sacrifício de valores tutelados pelo ordenamento jurídico. **Como a licitação pressupõe certa demora para seu trâmite, submeter a contratação ao processo licitatório propiciaria a concretização do sacrifício a esses valores.***

III – 2 Condicionantes para regularidade da contratação direta com base no inciso IV do art. 24 da Lei 8666/93

17. A literalidade do inciso IV do art. 24 da Lei 8666/93 revela condicionantes bastantes específicas para contratação direta emergencial que, a rigor, merecem ser identificadas e conferidas ao presente processo. Considerem-se:

a) urgência de atendimento

b) ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares

- c) somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa
- d) parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

III - 2.1. Limitações impostas à contratação emergencial

18. O objetivo da contratação direta diante de circunstâncias emergenciais não é, exatamente, tratar o problema de fundo enfrentado pela Administração. Antes, o objetivo é superar a crise enfrentada e, debelar a emergência.

19. Considere-se nesse sentido o seguinte precedente do TCU:

As contratações emergenciais se destinam a dar condições à Administração para se programar e para poder realizar, em um período de 180 dias, **procedimentos necessários para a aquisição de bens e serviços mediante regular certame licitatório**. (Acórdão 1457/2011-Plenário | Relator: JOSÉ JORGE)

20. Com efeito, a legislação e o TCU impõem limitações à contratação emergencial, **tanto no que se refere ao seu conteúdo, como no que se refere ao seu prazo**. Essas limitações serão objeto de abordagem específica a seguir.

III – 2.1.1. Limitações quanto ao objeto do contrato.

21. A literalidade do inciso IV do art. 24 da Lei 8666/93 revela um desenho bem definido do objeto do contrato emergencial. A rigor, esse contrato pode abranger apenas “... *os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos*”.

22. O TCU tem adotado essa interpretação literal e, tem limitado o objeto do contrato emergencial, determinando que abranja apenas a “parcela mínima” para tratamento e superação do quadro emergencial. Considerem-se:

A contratação direta emergencial, fundamentada no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993, **deve se restringir somente à parcela mínima necessária para afastar a concretização do dano ou a perda dos serviços executados**, devendo a solução definitiva, conforme o caso, ser objeto de licitação formal. (Acórdão 6439/2015-Primeira Câmara | Relator: AUGUSTO SHERMAN)

Para caracterizar situação emergencial passível de dispensa de licitação, deve restar evidente que a contratação imediata é a via adequada e efetiva para eliminar iminente risco de dano ou de comprometimento da segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, restringindo-se ao estritamente necessário ao atendimento da situação calamitosa. Deve-se divisar a conduta dos agentes públicos que concorreram para originar a situação emergencial da ação daqueles que apenas atuaram para elidir o risco de dano. (Acórdão 1217/2014-Plenário | Relator: ANA ARRAES)

Na utilização do inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/1993 como fundamento da contratação direta, as obras e/ou serviços contratados **devem estar adstritos aos itens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e que possam ser concluídos no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos**, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos. (Acórdão 2190/2011-Plenário | Relator: JOSÉ JORGE)

23. A obra Licitações de Contratos do TCU, tratou de forma incisiva a questão da limitação do objeto do contrato emergencial conforme segue:

Nesse caso, a contratação deve servir somente para o atendimento de situação emergencial ou calamitosa e para etapas ou parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade.

III – 2.1.2. Prazo de 180 (cento e oitenta) dias

24. A regra é a observância do prazo de 180 dias. O prazo é razoável e, como regra, suficiente para conclusão de uma nova licitação.

25. Importante não perder de vista que, os 180 dias a que alude o dispositivo legal destinam-se, de regra, à realização de nova licitação. Nesse sentido o voto do Min. Raimundo Carreiro ao Acórdão 1833/2011-Plenário trouxe o seguinte conteúdo:

3. No tocante à dispensa indevida de licitação, resalto [...] fatos que agravam a irregularidade.

[...]

5. O segundo, que considero o mais grave - e, por isso, classifico-o como irregularidade distinta, para fins de audiência -, foi a celebração de dois contratos emergenciais seguidos - nº 334/2009 e nº 499/2010 -, ambos com duração de 180 dias, excedendo-se o prazo máximo legal, sem que haja notícia

da instalação do devido procedimento licitatório, conforme exige o art. 2º da mesma lei [Lei 8.666/93].
(...)

26. No mesmo sentido tem-se:

A contratação emergencial só deve atender a situação emergencial até a realização de nova licitação (art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 2988/2014-Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER)

27. Considere-se, ainda, que o referido prazo deve ser contado de forma consecutiva e ininterrupta conforme precedente do TCU que segue:

Na utilização do inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/1993 como fundamento da contratação direta, as obras e/ou serviços contratados devem estar **adstritos aos itens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e que possam ser concluídos no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias** consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos. (Acórdão 2190/2011-Plenário | Relator: JOSÉ JORGE)

Admite-se, em caráter excepcional, e com fundamento no interesse público, contratação emergencial da prestação de serviços que não possam sofrer solução de continuidade, desde que justificada adequadamente no respectivo processo e apontados os problemas que poderão advir da paralisação de tais serviços, comprovando-se a ocorrência de prejuízo ao interesse público, **A contratação será apenas durante o prazo necessário para a realização do novo processo licitatório, observando-se o disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/1993.** (Acórdão 727/2009 Plenário)

A contratação emergencial destina-se somente a contornar acontecimentos efetivamente imprevistos, que se situam fora da esfera de controle do administrador e, mesmo assim, tem sua duração **limitada a 180 dias, não passíveis de prorrogação** (art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 4570/2014-Primeira Câmara | Relator: JOSÉ MUCIO MONTEIRO)

28. O TCU reconheceu que eventualmente o prazo de 180 dias poderá ser ultrapassado, preenchidos requisitos específicos:

O limite de 180 dias estabelecido para a duração de contratos emergenciais pode ser ultrapassado quando o objeto a ser executado além desse prazo preencher as seguintes condições: i) urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares e ii) somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa. (Acórdão 106/2011-Plenário | Relator: UBIRATAN AGUIAR)

Enunciado: O limite de 180 dias imposto às contratações por emergência deve ser interpretado com cautela, podendo tal dimensionamento ser ultrapassado, se essa alternativa for indispensável a evitar o pericípio do interesse público a ser protegido. (Acórdão 2024/2008-Plenário, Relator, BENJAMIN ZYMLER)

29. Lucas Rocha Furtado traz importante lição acerca do prazo dos contratos emergenciais, abrindo inclusive a possibilidade de sua suspensão, prorrogação ou, até mesmo nova contratação (renovação) diante de fato novo. Considere-se:

O Tribunal de Contas da União, ao proceder ao exame do processo TC nº 625.189/97-3 (Decisão nº 822/97, Plenário. Ata nº 48/97), entendeu que a ocorrência de nova situação calamitosa requer a celebração de novo contrato, não sendo possível a renovação — e não prorrogação, como equivocadamente indica o dispositivo legal —do anteriormente celebrado.

Situação diversa, em que se examinou a possibilidade de prorrogação, e não de renovação, de contrato emergencial, foi igualmente objeto de manifestação do mesmo Tribunal de Contas da União. A interpretação procedida pelo Tribunal levou à conclusão de que o art. 24, IV, a rigor, estaria a vedar a renovação do prazo do contrato, e não a prorrogação do início ou da conclusão da execução de contratos celebrados sem licitação sob o fundamento de urgência ou emergência.

No exame do processo TC nº 500.296/96-0, em que restou evidente a distinção entre os termos “renovação” e “prorrogação”, manifestou-se o TCU nos seguintes termos:

[...] 5. As premissas que fundamentam a consulta são as seguintes. Foi decretado estado de calamidade pública em um ente municipal. O município não tem recursos financeiros suficientes para arcar com as despesas decorrentes desse estado calamitoso. Diante disso, encaminhou projetos a órgãos do governo federal solicitando os recursos. Após aprovação, os recursos foram repassados 60 (sessenta) dias após a ocorrência da calamidade e inclusive do respectivo Decreto. Por sua vez, o município só vai poder iniciar as obras, serviços e aquisição de bens, oriundos dos projetos aprovados, após a efetivação dos créditos, posto que só poderá empenhar à vista de tais créditos. Na suposição de que as obras, serviços e aquisições foram realizados de forma a atender o prazo contido no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.443/92, qual seja, 180 (cento e oitenta) dias após o evento calamitoso, decorrendo daí as contratações emergenciais, tais obras, serviços e aquisições só findarão 240 (duzentos e

quarenta) dias consecutivos e ininterruptos após a ocorrência do evento. [...]

21. Consoante registrado anteriormente, a Lei determina que ocorrendo situação calamitosa ou emergencial, as obras e serviços deverão ser concluídos no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

22. No entanto, a superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere as condições do respectivo contrato, é razão suficiente para alteração do contrato, a teor do disposto no art. 57, §1º, item II, da Lei nº 8.666/93.

23. Nesse sentido, compartilho com o entendimento proferido pelo Prof. Marçal Justen, que assim prescreve: 'a prorrogação é indesejável, mas não pode ser proibida. Nesse ponto, a lei deve ser interpretada em termos. A prorrogação poderá ocorrer, dependendo das circunstâncias supervenientes. Embora improvável, poderiam suceder-se duas calamidades em uma mesma região, de modo que a segunda impedisse a regular execução do contrato firmado para atender situação emergencial criada pelo evento anterior' (op. cit., p. 137).

24. Com respeito a Teoria da Imprevisão, a doutrina é pacífica no sentido de sua aplicação em contratos administrativos. [...]

31. Diante do exposto, entendo, conclusivamente, que os contratos, firmados com dispensa de licitação, com base no disposto no inciso IV, art. 24, da Lei nº 8.666/93, embora tenham prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para a conclusão das obras e serviços, podem ser prorrogados, desde que ocorra, posteriormente, fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.

Assim, acolho a proposta da Unidade Técnica e VOTO no sentido de que o Tribunal adote a Decisão que ora submeto à apreciação deste Plenário [...].

30. É de se concluir, portanto, que os contratos emergenciais, diante de situações excepcionais e estranhas à vontade das partes (conforme Decisão nº 820/96 supra), poderão sofrer prorrogação em seus prazos de início e de conclusão; não se admite, no entanto, a renovação de referidos contratos.

III– 2.2. Pressupostos fáticos.

31. O TCU tem considerado os seguintes pressupostos fático para viabilização da contratação emergencial:

- a) Fato imprevisível;
- b) Potencial danoso ou risco efetivo;
- c) Urgência;

32. Neste sentido, os seguintes precedentes:

a) Imprevisibilidade

É irregular a contratação tida como emergencial, por dispensa de licitação, sempre que não esteja presente o elemento da imprevisibilidade dos acontecimentos futuros, pois, nesses casos, restam demonstradas a falta de planejamento e a desídia administrativa por parte do gestor público. (Acórdão 1030/2008-Plenário | Relator: VALMIR CAMPELO)

A dispensa de licitação por situação emergencial caracterizada não em fatos novos e imprevisíveis, mas em situação decorrente de ausência de planejamento do gestor conduz à irregularidade das contas e à imposição de multa. (Acórdão 798/2008-Primeira Câmara | Relator: MARCOS BEMQUERER)

A contratação emergencial destina-se somente a contornar acontecimentos efetivamente imprevistos, que se situam fora da esfera de controle do administrador e, mesmo assim, tem sua duração limitada a 180 dias, não passíveis de prorrogação (art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 4570/2014-Primeira Câmara | Relator: JOSÉ MUCIO MONTEIRO)

b) Potencial danoso da circunstância emergencial

É irregular a contratação emergencial por dispensa de licitação (art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93) quando a interdição do acesso à edificação com problema estrutural for suficiente para a eliminação do risco e, conseqüentemente, da situação emergencial. (Acórdão 27/2016-Plenário | Relator: RAIMUNDO CARREIRO)

A ausência de risco grave de ocorrência de danos a bens ou a integridade de pessoas, diante da natureza da própria contratação, impede a caracterização de situação emergencial que justifique a dispensa de licitação, a exemplo de impressão de convites, confecção de revista e gravação e produção de comerciais. (Acórdão 287/2011-Segunda Câmara | Relator: RAIMUNDO CARREIRO)

c) Urgência

A situação de dispensa de licitação por situação emergencial não distingue a emergência real, resultante do imprevisível, daquela resultante da incúria ou inércia administrativa. É cabível a contratação direta, desde que devidamente caracterizada a urgência de atendimento a situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares. (Acórdão 1876/2007-Plenário | Relator: AROLDO CEDRAZ).

III– 2.2.1. Falta de planejamento e emergência

33. A título de precedentes do TCU no sentido do impedimento tem-se:

O planejamento inadequado por parte da administração afasta a possibilidade de contratação emergencial, com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993. (Acórdão 7557/2010-Segunda Câmara | Relator: BENJAMIN ZYMLER).

A situação adversa ou emergencial, a ensejar a contratação direta, não pode ter se originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, não pode, em alguma medida, ser atribuída à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação. (Acórdão 2055/2013-Segunda Câmara | Relator: MARCOS BEMQUERER)

A contratação por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993, fundamentada em situação emergencial constituída em decorrência da falta de planejamento por parte da Administração, afronta o disposto no art. 3º da Lei 8.666/1993. (Acórdão 202/2015-Plenário | Relator: AUGUSTO SHERMAN)

34. Contra o impedimento

Se a situação fática exigir a dispensa por situação emergencial, mesmo considerando a ocorrência de falta de planejamento, não pode o gestor deixar de adotá-la, pois se assim proceder responderá não apenas pela falta de planejamento, mas também pelos possíveis danos que sua inércia possa causar. (Acórdão 1022/2013-Plenário | Relator: ANA ARRAES)

35. Na linha contrária ao impedimento segue lição de Marçal Justen Filho (in: Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 12ª edição. São Paulo: Dialética, 2008, p. 294):

“A questão apresenta relevância especialmente no tocante à comumente denominada ‘emergência fabricada’, em que a Administração deixa de tomar tempestivamente as providências necessárias à realização da licitação previsível. Assim, atinge-se o termo final de um contrato sem que a licitação necessária à nova contratação tivesse sido realizada. Isso coloca a Administração diante do dilema de fazer licitação (e cessar o atendimento a necessidades impostergáveis) ou realizar a contratação direta (sob invocação de emergência). **O que é necessário é verificar se a urgência existe efetivamente e, ademais, se a contratação é a melhor possível nas circunstâncias. Deverá fazer-se a contratação pelo menor prazo e com o objeto mais limitado possível, visando a afastar o risco de dano irreparável. Simultaneamente, deverá desencadear-se a licitação indispensável. Ou seja, a desídia administrativa não poderá redundar na concretização de danos irreparáveis aos valores buscados pelo Estado, mas se resolverá por outra via.**”

III – 3. Cláusula resolutiva como cláusula essencial do contrato emergencial

36. À medida que a contratação direta emergencial tem por objetivo superar apenas o quadro emergencial, é de todo previsível que imediatamente seja providenciado pela Administração a licitação regular do objeto que atenda a necessidade integral da Administração.

37. A partir dessa necessária temporariedade da contratação emergencial, o TCU tem exigido que seja inserido no contrato emergencial cláusula resolutiva, que estabeleça a sua extinção logo após a conclusão do processo licitatório. Considere-se:

O contrato emergencial deve conter expressa cláusula resolutiva que estabeleça a sua extinção logo após a conclusão do processo licitatório para nova contratação dos correspondentes serviços. (Acórdão 3474/2018-Segunda Câmara | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO)

O contrato emergencial deve conter expressa cláusula resolutiva que estabeleça a sua extinção logo após a conclusão do processo licitatório para nova contratação dos correspondentes serviços. (Acórdão 9873/2017-Segunda Câmara | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO)

38. Existem situações, todavia, que a contratação emergencial não é seguida de processo licitatório, como no caso dos autos, o que será objeto de consideração mais adiante

III – 4. Requisitos do processo de contratação direta por urgência:

39. A literalidade do art. 26 da Lei 8666/93 exige das contratações diretas com base no art. 24 o quanto segue:

- a) Justificativa;
- b) Comunicação à autoridade superior em 3 (três) dias para ratificação;
- c) Publicação na imprensa oficial em 5 dias;

40. Especificamente no que se refere às contratações diretas baseadas em circunstâncias emergenciais ou calamidade pública o §único do art. 26 exige:

- a) caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso;
- b) razão da escolha do fornecedor ou executante;
- c) justificativa do preço.
- d) documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

41. Sob a perspectiva formal, não são poucos os precedentes do TCU impondo exigências ao administrador:

A dispensa de licitação por urgência na contratação exige processo administrativo específico, contendo a demonstração da situação emergencial, a razão da escolha do contratado e a justificativa de preço, exigidos no art. 26 da Lei 8.666/1993. (Acórdão 1192/2008-Primeira Câmara | Relator: GUILHERME PALMEIRA).

Mesmo na hipótese de contratação emergencial, é necessária a elaboração de projeto básico com todos os elementos indicados no art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993, em face do disposto no art. 7º, § 2º, inciso II e § 9º da mesma Lei. É possível admitir a celebração de contratos firmados com suporte em projeto básico que não apresentem todos esses elementos, em casos excepcionais, com o intuito de afastar risco iminente de dano a pessoas ou a patrimônio público ou particular. (Acórdão 3065/2012-Plenário | Relator: VALMIR CAMPELO).

Mesmo no caso de dispensa de licitação por situação emergencial, é dever da instituição contratante formalizar o respectivo processo, caracterizando a situação, a razão da escolha do prestador de serviço e a justificativa do preço, e publicar o ato de dispensa na imprensa oficial, sendo vedada a prestação de serviços sem a cobertura de contrato devidamente formalizado, por expressa previsão do art. 60, parágrafo único, da Lei 8.666/1993. (Acórdão 3083/2007-Primeira Câmara | Relator: MARCOS BEMQUERER)

42. Em resumo, foram identificadas as seguintes exigências:

- a. formalizar o respectivo processo;
- b. Justificativa da contratação;
- c. Comunicação à autoridade superior em 3 (três) dias para ratificação;
- d. Publicação na imprensa oficial em 5 dias;
- e. demonstração da situação emergencial;
- f. razão da escolha do contratado;
- g. justificativa de preço;
- h. projeto básico que pode ser traduzido em planilha estimativa devidamente fundamentada em relatório

técnico;

III – 5 Responsabilidade pela contratação emergencial

43. Desde logo é importante esclarecer que a contratação direta emergencial é, como regra, lícita, atendida as exigências legais. Portanto, não há que se falar em apuração de responsabilidade apenas em função da prática dessa modalidade de contratação.

44. Eventual desídia ou falta de planejamento que pode ter motivado a contratação direta é uma outra questão, que deverá ser apurada em processo autônomo na forma da ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 1º DE ABRIL DE 2009, cujo enunciado possui o seguinte teor:

A CONTRATAÇÃO DIRETA COM FUNDAMENTO NO INC. IV DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, EXIGE QUE, CONCOMITANTEMENTE, SEJA APURADO SE A SITUAÇÃO EMERGENCIAL FOI GERADA POR FALTA DE PLANEJAMENTO, DESÍDIA OU MÁ GESTÃO, HIPÓTESE QUE, QUEM LHE DEU CAUSA SERÁ RESPONSABILIZADO NA FORMA DA LEI.

45. Apenas em função da pertinência com o tópico, há precedente do TCU esclarecendo que a contratação direta emergencial não gera necessariamente responsabilidade do administrador notadamente quando, por motivos razoáveis, não houver sido concluída em tempo hábil licitação anterior. Considere-se:

Não se imputa responsabilidade ao gestor por contratação emergencial, quando o fato gerador da situação foi a não conclusão, em tempo hábil, de licitação em curso antes do fim da vigência de contrato anterior e existe, no contrato emergencial, **cláusula resolutiva que prevê a sua rescisão após a conclusão do procedimento licitatório**. (Acórdão 1872/2010-Primeira Câmara | Relator: WEDER DE OLIVEIRA)

III – 6 A pesquisa de preço na contratação direta emergencial

46. Os critérios para elaboração de orçamento para contratação de obras e serviços de engenharia foram

definidos no Decreto nº 7.983/2013. No que se refere à aquisição de bens e serviços genericamente considerados, os critérios constam da IN SEGES nº 73/2020, em especial ao seu art. 5º.

47. No sentido da relevância e da obrigatoriedade da pesquisa de preços, considerem-se pontuais precedentes do TCU:

É obrigatória, nos processos de licitação, dispensa ou inexigibilidade, a consulta dos preços correntes no mercado, dos fixados por órgão oficial competente ou, ainda, dos constantes em sistema de registro de preços. A ausência de pesquisa de preços configura descumprimento de exigência legal. (Acórdão 2380/2013-Plenário | Relator: ANA ARRAES)

Ainda que afastada a existência de sobrepreço ou superfaturamento, a falta de pesquisa de mercado no âmbito do processo de contratação direta representa irregularidade grave, por descumprimento ao art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993, sendo suficiente para a aplicação de multa pelo TCU. (Acórdão 4984/2018-Primeira Câmara | Relator: VITAL DO RÊGO)

III – 7 Regularidade fiscal

48. Nos moldes do inciso XXI, art.37 da Constituição Federal, os requisitos de habilitação nas licitações públicas, salvo exceções previstas na legislação, devem se limitar às exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações do contratado.

49. Ao regulamentar o referido dispositivo constitucional, a Lei nº 8.666/1993, em seu art. 27 prevê que para fins de habilitação, os interessados nos certames licitatórios devem apresentar a documentação relativa à **regularidade fiscal** definida pelo art. 29. O inciso III do art. 29 exige prova da regularidade com a fazenda pública federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante.

50. Considere-se o dispositivo mencionado:

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

[\(Redação dada pela Lei nº 12.440, de 2011\)](#) [\(Vigência\)](#)

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

[\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

V – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do [Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#). [\(Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011\)](#) [\(Vigência\)](#)

51. Ainda sobre a exigência de regularidade fiscal, destaca-se o seguinte entendimento do Parecer nº 03/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, consubstanciado na Conclusão DEPCONSU/PGF/AGU nº 04/2014:

A regularidade perante a Seguridade Social, o FGTS e a Fazenda Nacional são requisitos obrigatórios em todas as licitações e contratações no âmbito da Administração Pública Federal, não se admitindo exceções.

A exigência de regularidade fiscal prevista no inc. III do art. 29 da Lei nº 8.666/1993 restringe-se aos tributos de titularidade da fazenda nacional e àqueles de competência das fazendas estadual, distrital ou municipal pertinentes às obras, serviços e compras a serem contratados.

52. Além das exigências da Lei de Licitações, decorre do art. 12 da Lei nº 8.429/92 a necessidade de se consultar o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, o que foi providenciado pela Administração.

53. No que se refere ao Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), a Lei nº 10.522/02 reza que “é obrigatória a consulta prévia ao Cadin, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, para (...) III – celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos”.

A jurisprudência do TCU reconhece que, “muito embora o art. 6º da referida lei obrigue que seja feita consulta prévia ao Cadin para que a Administração Pública federal, direta e indireta, realize operações de crédito e celebre quaisquer ajustes com recursos públicos, bem como conceda incentivos fiscais e financeiros, não há qualquer vedação para que assim proceda, independentemente do resultado dessa consulta” (Acórdão 6.246/2010-2ª Câmara; Acórdão 2.497/2018-Plenário).

54. Assim sendo, eventual apontamento no Cadin não constituirá óbice à celebração do aditivo pretendido, mas a consulta é obrigatória e deverá ser comprovada nos autos. O que foi providenciado no presente caso.

III- 8 - Qualificação Técnica

55. A contratação por dispensa de licitação não desonera a administração do dever de verificar se as empresas consultadas tem de fato aptidão técnica para executar o objeto do contrato, devendo a comprovação ser feita mediante apresentação de atestados que certifiquem a execução de atividade compatível em características, quantidades e prazos.

III –9 Dotação orçamentária

56. De acordo com o inciso III do §2º do art. 7º da Lei 8666/93, constitui condição de validade de eventual licitação a previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma:

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

(...)

III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

(...)

III - 10 ANÁLISE DOS AUTOS A PARTIR DOS FUNDAMENTOS LANÇADOS

III-10.1 Limitação quanto ao objeto do contrato

57. Pelo que se extrai dos autos, notadamente da justificativa lançada no termo de referência, o objeto contratual atende **em princípio** o entendimento do TCU, em especial no que se refere à restrição parcela mínima essencial para debelar à emergência, o seja, a realização dos serviços de reparo e manutenção necessários a viabilização da inauguração e início de funcionamento do Hospital Universitário no cronograma ajustado entre a UNIFAP e A EBSEH.

III.10.2 Limitação temporal – 180 dias

58. **A minuta de contrato não estabelece o prazo de vigência. Assim, deverá ser sanada a omissão, com previsão de prazo de vigência e de execução não excedente de 180 dias.**

59. Dada a especificidade do caso, desnecessária a inclusão no instrumento de contrato de cláusula resolutiva à conclusão do certame licitatório, posto que não haverá necessidade de licitação e contratação para realização dos mesmos serviços.

III.10.3 Pressupostos fáticos

60. Na parte final da justificativa para a contratação prevista no item 2 do Termo de Referência/projeto básico, existe referência ao potencial dano e urgência, vejamos:

O Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá (HU-UNIFAP) teve iniciada sua construção no mês de janeiro do ano de 2017, através do Contrato Nº 025/2016-UNIFAP e Ordem de Serviço Nº 01/2017. A conclusão estava prevista para janeiro de 2020, contudo, por conta dos aditivos necessários houve necessidade de aditar o prazo de conclusão do objeto. Ocorre que, no ano de 2020, o mundo foi assolado pela pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), e, no Estado do Amapá, por ter uma estrutura ainda carente de espaços assistenciais de saúde, houve a necessidade de cessão de parte do Complexo do Hospital Universitário da UNIFAP para funcionamento do Centro de Tratamento de pacientes acometidos pela COVID-19. Acontece que, apesar do prédio ainda não está 100% concluído, este estabelecimento de saúde desempenhou papel de fundamental importância na saúde pública do Estado do Amapá, no que se refere ao enfrentamento da pandemia, tendo sido o principal centro de atendimento na saúde estadual, contribuindo para o salvamento de muitas vidas amapaenses. O Contrato de Cessão (cópia anexa) foi assinado em 08 de maio de 2020, momento em que parte do Complexo Hospitalar passou à responsabilidade do Governo do Estado do Amapá, que foi o responsável por gerenciar o Centro Covid-19 que funcionava no HU-UNIFAP. Na referida Cessão, estabeleceu-se que a responsabilidade pela manutenção predial era do Governo do Amapá que, além disso, se comprometia em devolver o prédio nas mesmas condições em que recebeu. Ocorre que, em novembro de 2021, houve a desmobilização do Centro COVID-19 que funcionava no HU e, contudo, a reparação do espaço após o uso, não fora realizada pelo Governo do Estado como havia sido definido. Diante de tal situação, foram feitas reuniões para resolver o impasse quanto à reparação e manutenção predial e das instalações do Complexo Hospitalar, tendo sido encaminhada proposta de acordo, conforme cópia de Acordo Amigável (em anexo), firmado entre a UNIFAP e o Governo do Estado do Amapá. Importante destacar que, pelo período de uso do Hospital Universitário sem contratos de manutenção das instalações, muito foi deteriorado da estrutura e instalações prediais, a exemplo dos grupos geradores, dos equipamentos de climatização (Chillers, fancoil e fancoletes), dos elevadores, das mantas vinílicas dos pisos dos ambientes, da pintura e forros. Sobre os chillers, das quatro máquinas que atendiam o complexo hospitalar, somente o equipamento de backup está funcionando, as outras três máquinas estão sucateadas e com risco de perecimento caso não seja feita o reparo imediato destes. De igual modo, os equipamentos menores de climatização, fancoils e fancoletes, também correm o mesmo risco e, caso não seja feitos os reparos, esses equipamentos podem ter

perda total dos equipamentos. Elevadores e grupo geradores também em situação similar aos demais equipamentos devido à falta de manutenção preventiva. Pisos, forros, pintura e de demais instalações também estão em estado bastante crítico, devido ao tempo (cerca de dois anos sem manutenção), requerem intervenção imediata. Vale ressaltar que, durante a cessão ocorreram sinistros como, por exemplo, um incêndio num dos alojamentos médicos, devido ao mau uso. **Os danos causados nas instalações requerem uma atuação imediata para resolução dos problemas, sob o risco de perda parcial ou total de equipamentos e danos na estrutura que fora cedida ao Estado do Amapá. Nesse sentido, visto que há previsão para o mês de setembro de iniciar o funcionamento do Hospital Universitário, com atendimento de média e alta complexidade em saúde. Considerando ainda, a necessidade de correção dos danos causados nas estruturas e instalações do HU, para se evitar o agravamento desses danos há necessidade de contratação emergencial para reparação das instalações e equipamentos, bem como garantir que essa reparação seja feita no mais breve tempo possível, para que haja tempo suficiente garantir a abertura dos atendimentos hospitalares que serão prestados pelo Hospital Universitário em setembro do corrente ano.**

61. **Recomenda-se, justificar e comprovar a imprevisibilidade, observado a alínea "a" do item 32 supra, e consignar expressamente que:**

a) a contratação do serviço contém especificações e quantitativos tecnicamente apurados com o fim exclusivo de afastar, de modo adequado, efetivo e eficiente, o risco iminente detectado; e

b) a contratação direta está restrita apenas ao objeto necessário ao atendimento da situação emergencial, ou seja, estritamente necessários ao afastamento da situação emergencial.

62. **Neste sentido, orienta-se a administração avaliar quais parcelas/serviços são estritamente necessários ao afastamento da situação emergencial, excluindo-se do objeto itens ou parcelas que não sejam destinadas ao afastamento da emergência.**

III.10.4 Requisitos do processo de contratação direta por urgência

63. O termo de referência foi elaborado conforme o modelo da AGU para obras e serviços de engenharia atualizado em setembro de 2021, conforme indicação constante em nota de rodapé.

64. Referido documento foi devidamente aprovado pelo Magnífico Reitor no Despacho nº 13925/2022-REITORIA.

65. Muito embora o caso seja de dispensa de licitação, cumpre lembrar que a definição precisa e clara do objeto é essencial para a lisura do processo, valendo trazer à baila, sobre o tema, a Súmula nº 177 do Tribunal de Contas da União, assim redigida:

"A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto da igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão."

66. **Recomenda-se, assim, que o órgão assessorado analise as disposições do Termo de Referência de forma a deixar absolutamente claro, o escopo do objeto licitado.**

67. E, sem embargo das observações já referenciadas, há que se ter presente que, em razão de seu teor naturalmente técnico, o exame dos termos de referência, em geral, escapa da competência deste Órgão Consultivo.

68. **Cabe ao órgão consulente confirmar se estão devidamente prescritas todas as exigências e especificações necessárias à correta especificação e execução do serviço de acordo com o modelo de termo de referência disponibilizado pela AGU para o tipo de contratação que é objeto desta licitação, porque este subscritor não possui condições de examinar a pertinência e suficiência do termo de referência, considerando a sua característica técnica.**

III.10.5 . Pesquisa de preços

69. A pesquisa de preços foi realizada junto a três prestadores de serviço, sendo a menor proposta apresentada pelo consórcio que executa a obra do HU, conforme o mapa comparativo de preços juntado aos autos.

70. Não cabe à Procuradoria aferir se o preço apurado realmente está de acordo com o valor de mercado; se as quantidades estimadas e a característica dos bens, equipamentos, materiais e serviços efetivamente correspondem às estritas necessidades da administração (de maneira a evitar a contratação de serviços desnecessários ou que não atendam/ultrapassem as reais necessidades para debelar a situação de emergência).

71. Conforme já salientado as regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia deve observar o Decreto 7893/2013.

72. **Neste sentido, recomenda-se deixar evidente nos autos que foram observados as regras e critérios apontados no referido decreto.**

III.10.6 . Regularidade fiscal

73. Foram anexados aos autos documentos referentes a situação/regularidade fiscal e trabalhista do consórcio .

74. **Em relação ao FGTS, a certidão acostada indica que a validade expira no dia 20 de junho de 2022, de modo que a administração há de estar atenta no sentido de se certificar da regularidade no dia da celebração do contrato e durante a vigência do pacto.**

75. Verifica-se, também, que foi realizada consulta a bancos de dados de registro de sanções (consulta consolidada de pessoa jurídica junto ao TCU), nada constando em desfavor do consórcio constituído para execução do Hospital Universitário da UNIFAP.

76. **Acaso exista impedimento para a contratação da empresa que cotou o menor preço, a administração deve verificar a regularidade fiscal e trabalhista da segunda colocada no processo simplificado de dispensa (mediante consulta ao SICAF e demais cadastros) e assim sucessivamente.**

III.10 - 7 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

77. No volumoso processo não foi localizado documentação comprobatória da qualificação técnica da empresa que cotou o menor preço para a execução do serviço objeto da contratação emergencial.

78. **Conquanto se trate de contratação emergencial do próprio consórcio executor da obra do HU, incumbe instruir os autos com a documentação comprobatória da qualificação técnica da contratada.**

III.10.8 Dotação orçamentária

79. Consta nos autos demonstrativo da disponibilidade orçamentária e financeira no valor de R\$ 6.243.188,51 (seis milhões, duzentos e quarenta e três mil, cento e oitenta e oito reais e cinquenta e um centavos).

80. Observo, todavia, que a proposta do Consórcio Construtora JL consigna o referido valor na planilha denominada reparação e manutenção da área do HU cedida ao GEA e no cronograma de faturamento informa o valor de R\$ 6.249.578,55 (seis milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quinhentos e setenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

81. **Assim, administração deve aferir junto ao consórcio qual o valor real da contratação, providenciado a respectiva complementação financeira, se necessário.**

III.10.9 - DO TERMO DE CONTRATO

82. Conforme nota de rodapé na minuta de contrato, foi adotado modelo para pregão eletrônico: serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, atualizado em dezembro de 2021.

83. **Considerando que o modelo adotado não se destina especificamente contratação emergencial e, ainda, a existência de disposições desconformes com a legislação ou divergentes com o termo de referência, recomendam-se pequenos ajustes, a saber:**

- a) no item 1.1, manter uniformidade com a descrição do objeto constante no termo de referência;
- b) na Cláusula segunda, item 2.1, adotar a seguinte redação " *O prazo de vigência deste Contrato é de 180 dias, com início na data de e encerramento em, sem possibilidade de prorrogação.*
- c) no item 2.2, *aferir se o prazo de 120 dias é adequado e suficiente para a execução do contrato*"
- d) no item 2.3 excluir " e vigência";
- e) nos itens 9.1 e 11.1, após a palavra "referência" incluir a seguinte passagem "anexo deste contrato";
- f) no item 13.2.2, iniciar o texto com o artigo "o".
- g) na cláusula décima quinta, suprimir referência à Lei 10520, de 2002, uma vez que não se trata de contratação decorrente de pregão eletrônico;
- h) uniformizar, no que cabível, a minuta de contrato ao termo de referência.

IV - RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA

84. **Importante salientar que a Administração deverá se ater às exigências expressas no caput do art. 26, da Lei 8.666/1993, o qual reclama a ratificação do ato de dispensa e inexigibilidade pela autoridade superior e sua publicação na imprensa oficial, verbis:**

art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3(três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Grifamos).

V – CONCLUSÃO

85. Ante o exposto, opina-se favoravelmente a contratação direta fundamentada no inciso IV do art. 24 da Lei 8666/93, desde que sejam atendidos os apontamentos e condicionantes constantes no presente parecer, especialmente nos itens 61, 62, 66, 68, 72, 74, 76, 78, 81, 83 e 84.

86. Não incumbe pronunciamento subsequente desta Procuradoria para verificação do cumprimento ou não das recomendações consignadas (enunciado nº 05 do Manual de Boas Práticas consultivas da AGU), nada obstando seja formulada nova consulta com indicação de dúvida jurídica específica.

À consideração superior.

Macapá, 09 de junho de 2022.

Waldinelson Adriane S. Santos
Procurador Federal
SIAPE 1357740

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00893000159202231 e da chave de acesso c6181818



Documento assinado eletronicamente por WALDINELSON ADRIANE SARMENTO DOS SANTOS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 908243640 e chave de acesso c6181818 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): WALDINELSON ADRIANE SARMENTO DOS SANTOS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-06-2022 17:51. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
GABINETE

DESPACHO n. 00017/2022/GAB/PFUNIFAP/PGF/AGU

NUP: 00893.000159/2022-31

INTERESSADOS: REITORIA UNIFAP

ASSUNTOS: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

- 1- Aprovo o PARECER n. 00056/2022/GAB/PFUNIFAP/PGF/AGU.
- 2- Encaminhe-se ao Magnífico Reitor para adoção das providências cabíveis.

Macapá, 09 de junho de 2022.

LARISSA MOUTINHO DE MOURA MOREIRA
Procuradora-Chefe

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00893000159202231 e da chave de acesso c6181818



Documento assinado eletronicamente por LARISSA MOUTINHO DE MOURA MOREIRA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 908781213 e chave de acesso c6181818 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LARISSA MOUTINHO DE MOURA MOREIRA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-06-2022 21:07. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.
